



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 2

-----Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Esteve ausente o Presidente da Câmara, Santiago Augusto Ferreira Macias -

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi justificada a falta do Presidente à presente reunião. -----

-----**DOC.01/02** -----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador. -----

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da Reunião de Câmara Ordinária Pública realizada em catorze de janeiro de dois mil e quinze -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Associação Nacional de Farmácias - O papel das farmácias na luta contra a desertificação -----

-----FMI defende investimento público em infra-estruturas-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública -----

-----Proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal -----

-----Proposta de Adesão do Município de Moura à Comissão Executiva da Candidatura do Montado a Património da Humanidade-----

-----Proposta de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura -----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----Renovação do contrato de prestação de serviços - Mónica Isabel Almeida Moscão -----

-----Feira Empresarial / Energias Renováveis / Caça e Pesca - 7 a 10 de maio de 2015 - Normas de atribuição de stands nos Pavilhões de Exposição e respetiva ficha de inscrição; Critérios de atribuição das tasquinhas; Critérios de atribuição da exclusividade de venda de bebidas nas Tasquinhas-----

-----Cobrança de consumo de água - Pagamento em prestações - Consumidor: Bernardino Bento Caldeira Miguel Machado - Rua Nova, n.º 29, em Santo Aleixo da Restauração-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 19/01/2015 -
Direito de Preferência - Prédio urbano sito na Rua Nova do Carmo, n.º 68, em Moura
- Requerente: Conservatória do Registo Predial e Comercial de Moura-----

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 12/01/2015 -
Direito de Preferência - Prédio urbano sito na Rua Nova do Carmo, 68, em Moura -
Requerente: Francisco José Derrixa Félix -----

-----Ratificação de Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16/01/2015 -
Direito de Preferência - Prédio urbano sito na Rua da Boavista, n.º 51, em Moura -
Requerente: Casa Pronta-----

-----Ratificação de Despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara de 20/01/2015 -
Direito de Preferência - Prédio urbano sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 18, em Moura
- Requerente: Caixa Geral de Depósitos -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Presidente principiou este período começando por dar resposta à questão colocada pelo vereador António Gomes na reunião de Câmara datada de 14 de janeiro tendo procedido à leitura do texto que se transcreve: " O aumento temporário de fundos disponíveis no artigo 4º da LCPA visa garantir a assunção de compromissos cuja realização e vencimento se verificam em períodos para além do período de reporte do mês em que os mesmos são assumidos, isto é, cuja realização e período de vencimento incidem para além do mês n+2. Nesse sentido a Lei estabelece que a receita prevista para o período de vencimento do respectivo compromisso possa ser antecipadamente afeta a esse compromisso, matéria esta que assume plena coerência na lógica da própria lei, pois não seria possível garantir a cobertura da totalidade dos compromissos apenas com a receita prevista para o período de três meses. Contudo a lei é bastante restritiva relativamente a esta matéria já que no cálculo da receita previsível apenas permite utilizar 75% da média da receita homóloga dos dois anos anteriores. Por outro lado em cada período de cálculo dos fundos disponíveis (mensalmente) é sempre efectuada a correcção aos fundos disponíveis já que a receita prevista para o mês a encerrar é substituída pela receita efectivamente arrecadada nesse período, resultando daqui que o montante



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de fundos disponíveis apurados até ao período encerrado; a) A receita efectivamente arrecadada até ao período encerrado; A previsão de receita para os meses $n+1$ e $n+2$; O pedido de verbas do QREN a receber; O novo montante de compromissos entretanto assumidos, e; Eventuais autorizações de antecipação de fundos disponíveis para compromissos que recaiam fora do período de reporte. Resultando daqui um valor positivo de fundos disponíveis para o período de reporte, superior, ou inferior ao anteriormente estimado, mas necessariamente positivo, estará sempre salvaguardada a questão colocada pelo vereador António Gomes. Se assim não fosse, o município entraria em situação de incumprimento, apresentando saldo negativo de fundos disponíveis. Ora, conforme se pode observar pela constância de reportes o município de Moura sempre apresentou valor positivo de fundos disponíveis. Valor este que contudo é sempre limitado face às reais necessidades que este e qualquer outro município teriam para satisfazer de forma cabal e atempadamente as suas competências. Contudo, face às opções de gestão tomadas pelo executivo permanente, o essencial desses compromissos tem sido assegurado e simultâneo com uma substancial redução do montante dos pagamentos em atraso, situação que atesta a prudência com que não só o recurso à antecipação de fundos disponíveis é utilizada, mas essencialmente, como estes são programados na sua assunção."(doc.02/02)-----

-----Novamente no uso da palavra o vereador António Gomes manifestou agradecimento pela celeridade com que a informação havia sido prestada, bem como a forma exaustiva como a mesma tinha sido dada, tendo em conta, o previsto na Lei nº50/2012, que regulamenta o regime a alínea e) do artigo nº 42º relativa aos deveres de informação das empresas locais, onde se prevê que as mesmas devam prestar ao órgão executivo relatórios de execução orçamental e o facto da última informação que os vereadores do Partido Socialista haviam tido acesso se reportar ao segundo trimestre do ano transacto – 2014, pelo que, estando actualmente a passar quatro meses sobre o terceiro trimestre, o vereador solicitava o acesso aos relatórios de execução trimestral das empresas locais, mais concretamente do terceiro trimestre de 2014, não sendo necessário na sua perspectiva, nesta ocasião,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

relatórios do auditor, por supor que tal acarretaria custos que julgava não serem necessários. -----

-----O Presidente mencionou que, sendo esta uma obrigatoriedade imposta pela legislação, passaria a ser tratada, e, caso estivesse previsto que a esta informação se juntasse o relatório do revisor de contas, naturalmente a Câmara Municipal o faria. --- -----

-----Seguidamente pediu para intervir o vereador António Gomes que informou que da interpretação que fazia da lei, por parte dos vereadores do Partido Socialista não haveria necessidade da junção do relatório do revisor. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 03/02 -----

-----Foi presente resumo diário n.º15 da Tesouraria, referente ao dia 27/01/2015, que regista um saldo de 1.593.445,57€, em Operações Orçamentais. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA EM CATORZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE-----

-----Colocada à discussão e análise a ata n.º 1 referente à reunião ordinária de 14 de janeiro de 2015, foi a mesma colocada à votação e aprovada com seis votos a favor e uma abstenção do vereador Francisco Canudo Sena, por justificadamente não ter estado presente na reunião. -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMÁCIAS - O PAPEL DAS FARMÁCIAS NA LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DOC.04/02-----

-----Foi presente ofício da Associação Nacional das Farmácias dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Moura que aborda o tema “O papel das farmácias na luta contra a desertificação”, partilhando o suplemento informativo resultante de uma parceria entre a ANF e o jornal Correio da Manhã.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----FMI DEFENDE INVESTIMENTO PÚBLICO EM INFRA-ESTRUTURAS-----

-----DOC.05/02-----

-----Foi presente, documento publicado no Jornal Expresso de 30/09/2014 em que se dá conhecimento da recomendação do FMI em defesa do investimento público em infra-estruturas, para estimular a procura, fazer crescer o PIB e ajudar a consolidar as contas públicas.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS NA VIA PÚBLICA-----

-----DOC.06/02-----

-----Foi presente proposta da vereadora Maria do Céu Rato Gonçalves a submeter à apreciação do órgão executivo o projecto de regulamento municipal de Remoção e Recolha de Veículos na Via Pública, com vista a que seja submetido a apreciação pública, durante um período de trinta dias e posteriormente, à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO E RECOLHA DE VEICULOS NA VIA PÚBLICA, A SUBMETER À APRECIÇÃO PÚBLICA DURANTE UM PERÍODO DE TRINTA DIAS, PARA POSTERIOR APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRABALHOS NO SUBSOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -----

-----DOC.07/02 -----

-----Foi presente proposta da vereadora Maria do Céu Rato Gonçalves a submeter à apreciação do órgão executivo o projecto de regulamento municipal de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, para posterior submissão a apreciação pública, durante um período de trinta dias e posteriormente, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRABALHOS NO SUBSOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, A SUBMETER À APRECIAÇÃO PÚBLICA DURANTE UM PERÍODO DE TRINTA DIAS, PARA POSTERIOR APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MOURA À COMISSÃO EXECUTIVA DA CANDIDATURA DO MONTADO A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE -----

-----DOC.08/02 -----

-----Foi presente proposta, subscrita pelo Presidente da Câmara de adesão da Câmara Municipal de Moura à Comissão Executiva da candidatura do Montado a Património da Humanidade.-----

-----Neste âmbito pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena começando por felicitar a Câmara Municipal pela presente iniciativa, instando que esta decisão não contasse apenas como uma situação estatística, mas que viesse a ter efectividade. Frisou ter dedicado uma vida à preservação e recuperação do montado de azinho, aludindo que esta Câmara Municipal, inserida num concelho em que esta espécie florestal possui tamanha relevância, quer actualmente quer no passado, a participação desta Câmara neste tipo de iniciativa possa vir a contribuir para a recuperação do montado. O vereador deixou ainda um “alerta”, no sentido desta adesão não se venha a tornar mais uma “pedra no sapato”, que colabore e corrobore àquilo que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

teriam sido os impedimentos de natureza ambiental no que respeitaria ao desenvolvimento do regadio neste concelho. -----

-----O Presidente, no uso da palavra referiu que a Câmara Municipal partilhava um pouco desta opinião sobre a situação da eficácia do conjunto de iniciativas que iriam começar a surgir no âmbito associativo, fossem elas de protecção, de promoção, e de todas aquelas em que a Câmara Municipal tem acento, referindo que desde a tomada de posse, os esforços desenvolvidos seriam para que estas produzissem alguma eficácia. Mais referiu que, após as últimas eleições, tinha surgido uma mudança de atitude por parte das pessoas face a este tipo de associações, o que levaria a concluir que estariam mais despertas para o associativismo. Sendo com esta expectativa que a própria Câmara se associava à questão do Montado, iniciativa que se considerava importante, paralelamente às questões ambientais que impunham limitações, preocupação essa já antiga, partilhada por todos, referindo ainda a apreensão dos agricultores, repartida numa reunião que havia tido lugar há pouco tempo na Cooperativa. O Presidente aludiu estarem em preparação acções conjuntas, que brevemente seriam anunciadas, a fim de voltar a retomar aquela contestação realizada no ano 2007, não querendo que uma coisa se sobrepusesse à outra, mas pretendendo conciliar as duas situações, a conservação da natureza, o regadio e o efectivo desenvolvimento da agricultura, mais aludindo que a Câmara não pretendia de forma alguma, que o modelo que havia levado a que algumas espécies de animais, que actualmente impunham certas limitações se perpetuasse, dado que havia sido o abandono dos campos que teria levado os pássaros, por exemplo, a que por lá se estabelecessem, sendo uma situação que alguns pretendiam perpetuar e com a qual a Câmara Municipal não concorda, em absoluta. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA À COMISSÃO EXECUTIVA DA CANDIDATURA DO MONTADO A PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE . -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOURA-----

-----DOC.09/02 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente da Câmara de atribuição de um apoio financeiro no valor de mil setecentos e trinta e dois euros aos Bombeiros Voluntários de Moura, para fazer face à despesa não comparticipada pela ANPC, referente ao fornecimento de refeições às Corporações de Bombeiros destacadas para o combate aos incêndios no concelho de Moura.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, ATRIBUIR UM APOIO FINANCEIRO
NO VALOR DE MIL SETECENTOS E TRINTA E DOIS EUROS, AOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE MOURA, PARA FAZER FACE À DESPESA NÃO
COMPARTICIPADA PELA ANPC, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE
REFEIÇÕES ÀS CORPORações DE BOMBEIROS DESTACADAS PARA O
COMBATE AOS INCÊNDIOS NO CONCELHO DE MOURA. -----**

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MÓNICA ISABEL ALMEIDA MOSCÃO-----

-----DOC.10/02 -----

-----Foi presente, para aprovação, informação da Unidade Flexível de 3º Grau de Gestão Administrativa e Recursos Humanos com vista à renovação de contrato de prestação de serviços, por doze meses em regime de avença, a Mónica Isabel Almeida Moscão.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RENOVAÇÃO DE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EM REGIME DE AVENÇA A
MÓNICA ISABEL ALMEIDA MOSCÃO.-----**

-----FEIRA EMPRESARIAL / ENERGIAS RENOVÁVEIS / CAÇA E PESCA - 7 A 10 DE MAIO DE 2015 - NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE STAND'S NOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

PAVILHÕES DE EXPOSIÇÃO E RESPETIVA FICHA DE INSCRIÇÃO; CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DAS TASQUINHAS; CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA EXCLUSIVIDADE DE VENDA DE BEBIDAS NAS TASQUINHAS -----

-----DOC.11/02 -----

-----Foi presente informação da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos de 22/01/2015, a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a aprovação das normas de atribuição de stand's nos pavilhões de exposição e respetiva ficha de inscrição; critérios de atribuição de Tasquinhas e Critérios de atribuição da exclusividade de venda de bebidas nas Tasquinhas. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS NORMAS DE ATRIBUIÇÃO DE STAND'S NOS PAVILHÕES DE EXPOSIÇÃO E RESPETIVA FICHA DE INSCRIÇÃO; CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE TASQUINHAS E AINDA CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA EXCLUSIVIDADE DE VENDA DE BEBIDAS NAS TASQUINHAS.-----

-----COBRANÇA DE CONSUMO DE ÁGUA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - CONSUMIDOR: BERNARDINO BENTO CALDEIRA MIGUEL MACHADO - RUA NOVA, N.º 29, EM SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO -----

-----DOC.12/02 -----

-----Foi presente informação da Divisão de Gestão Administrativa e Recursos Humanos – Secção de Águas e Saneamento, a propor o pagamento do consumo de água em doze prestações mensais, no 1º escalão, ao munícipe Bernardino Bento Caldeira Miguel Machado, residente na Rua Nova, n.º 29, em Santo Aleixo da Restauração. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PAGAMENTO EM DOZE PRESTAÇÕES MENSAIS, NO 1º ESCALÃO, AO MUNÍCIPE BERNARDINO BENTO CALDEIRA MIGUEL MACHADO, RESIDENTE NA RUA NOVA, N.º 29, EM SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO. -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE
19/01/2015 - DIREITO DE PREFERÊNCIA - PRÉDIO URBANO SITO NA RUA
NOVA DO CARMO, N.º 68, EM MOURA - REQUERENTE: CONSERVATÓRIA DO
REGISTO PREDIAL E COMERCIAL DE MOURA -----

-----DOC.13/02 -----

-----A requerimento da Imobiliária Casa Pronta e do proprietário Francisco José
Derricha Félix, foram presentes as informações nºs 32 e 61/2015 da DPAU, em que
se coloca à consideração superior a possibilidade do exercício do direito de
preferência na venda do prédio urbano, localizado na Rua Nova do Carmo, nº 68 e
inscrito com o artigo matricial nº 1871 da União de Freguesias de Moura e Santo
Amador em Moura, pelo valor de trinta mil euros. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DO
PRESIDENTE, NO SENTIDO DA CÂMARA NÃO EXERCER O DIREITO DE
PREFERÊNCIA, NA COMPRA DO PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NA RUA
NOVA DO CARMO, Nº68, INSCRITO COM O ARTIGO MATRICIAL Nº 1871 DA
UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA, PELO
VALOR DE TRINTA MIL EUROS. -----

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE
16/01/2015 - DIREITO DE PREFERÊNCIA - PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DA
BOAVISTA, N.º 51, EM MOURA - REQUERENTE: CASA PRONTA -----

-----DOC.14/02 -----

-----A requerimento da Imobiliária Casa Pronta, foi presente informação nº
54/2015 datada de 15/01/2015 da DPAU, em que se coloca à consideração superior
a possibilidade do exercício do direito de preferência na venda do prédio urbano,
localizado na Rua da Boavista, nº 51, descrito na conservatória do registo predial de
Moura sob o nº 2528 e inscrito com o artigo matricial nº 1480 da antiga freguesia de
Santo Agostinho em Moura pelo valor de trinta mil euros.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DO
PRESIDENTE, NO SENTIDO DA CÂMARA NÃO EXERCER O DIREITO DE
PREFERÊNCIA, NA COMPRA DO PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NA RUA DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

BOAVISTA, Nº 51, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE MOURA SOB O Nº 2528 E INSCRITO COM O ARTIGO MATRICIAL Nº 1480 DA ANTIGA FREGUESIA DE SANTO AGOSTINHO EM MOURA PELO VALOR DE TRINTA MIL EUROS. -----

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE 20/01/2015 - DIREITO DE PREFERÊNCIA - PRÉDIO URBANO SITO NA AVENIDA 1.º DE MAIO, N.º 18, EM MOURA - REQUERENTE: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS -----

-----DOC.15/02 -----

-----A requerimento da Caixa Geral de Depósitos foi presente informação nº 66/2015 datada de 15/01/2015 da DPAU, em que se coloca à consideração superior a possibilidade do exercício do direito de preferência na venda do prédio urbano, localizado na Avenida 1º de Maio, nº 18, inscrito com o artigo matricial nº 1133 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em Moura. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE, NO SENTIDO DA CÂMARA NÃO EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, NA COMPRA DO PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NA AVENIDA 1º DE MAIO, Nº18 EM MOURA, INSCRITO COM O ARTIGO MATRICIAL Nº 1133 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA . -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período não se registaram intervenções. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 28 de janeiro de 2015

PRESIDENTE:

João Gomes Gomes Leite

SECRETÁRIO:

João de F. P. S.